

NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE MÉDIO PORTE BRASILEIROS: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS

Gerliane Maia Costa¹, Antônio Erivando Xavier Junior², Thaiseany de Freitas Rêgo³

Resumo: A presente pesquisa se propõe a analisar qual a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos, no nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros. O universo da pesquisa são os municípios brasileiros que possuem entre 100.000 e 500.000 habitantes, totalizando 268 municípios, desses, 11 municípios foram retirados da amostra por não possuírem dados no Finanças Brasil (FINBRA, 2016). A pesquisa foi constituída por duas etapas. Na primeira etapa, encontrou-se o Índice de Transparência Pública Municipal (ITPM), por meio de um checklist contendo 38 quesitos. Construindo-se a partir daí um ranking de evidenciação, onde o município que mais divulgou informações a sociedade foi Ji-Paraná/ RO (84%), divulgando 32 itens do checklist aplicado, e o município que menos evidenciou informações foi Ponta Grossa/PR (0,05%). Na segunda etapa da pesquisa, foi utilizado uma regressão linear múltipla para testar a relação existente entre o ITPM e os indicadores socioeconômicos e demográficos. Dentre os indicadores socioeconômicos, apenas o Índice Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (IFDM) – Educação apresentou poder de explicação, indicando um impacto positivo, sugerindo que cidadãos com melhores condições de educação, tendem a exercer um maior controle sobre a gestão. Dentre os indicadores demográficos quatro apresentaram um impacto positivo sobre o ITPM, onde, a População, indica que municípios maiores tendem a ser mais transparentes com a sociedade, e as Regiões Norte, Nordeste e Sul, indicam que os municípios pertencentes a estas regiões, tendem a ser mais transparentes.

Palavras-chave: Transparência. Governança no setor público. Assimetria informacional.

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos, os cidadãos estão se deparando com novos desafios impostos pela globalização, entre eles a inédita interação sociedade, empresas e Estado (BRAGA et al., 2008). A sociedade, como principal interessada nos resultados do ente público, deve exigir dos gestores suporte necessário para exercer suas funções de avaliar, direcionar e monitorar as ações desempenhadas por eles. Para isso, o Tribunal de Contas da União (TCU, 2014), afirma que os gestores públicos devem agir de maneira mais ética, profissional e com foco em alcançar resultados que estejam alinhados com o que é esperado pela sociedade. Então, um dos meios responsáveis por estabelecer essa comunicação entre a sociedade e os gestores públicos é a transparência, através da divulgação de informações (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2014).

Nessa conjuntura, entra em cena a clássica teoria da agência, onde o cidadão, entendido aqui como principal, irá delegar e monitorar as atividades do gestor público (agente), podendo surgir nessa interação, conflitos, resultado da assimetria informacional, onde o agente possui mais informações que o principal, e nem sempre tomará decisões que

¹ Bacharelada em Ciências Contábeis.

² Doutor em Administração.

³ Doutora em Administração.

maximizem os interesses dos mesmos (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2014). Desse modo, o conceito de governança, surge com o papel de instituir uma sinergia entre os interesses do principal (cidadão) e do agente (gestor público) (VIANA, 2010).

A transparência, como uma das formas de diminuir essa assimetria informacional entre o cidadão e o gestor público, pode ser considerada como uma medida de esclarecimento que o gestor presta ao cidadão, onde disponibilizará com presteza, rapidez e correção, as informações referentes ao órgão público. Assim, pode-se concluir que a transparência consiste em deixar o ente público aberto e visível ao cidadão (MACADAR; FREITAS; MOREIRA, 2015). Todavia, os gestores devem implementar políticas de divulgação de metas, ações, programas, projetos e resultados de forma acessível e com linguagem que possa ser compreendida pela população em geral, pois existem alguns relatórios divulgados, que são de difícil entendimento pela população leiga (VIANA, 2010).

No Brasil, a transparência obteve seu primeiro passo com a Lei Complementar nº 101/2000, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que trata sobre planejamento e transparência na gestão fiscal. A Lei Complementar nº 131/2009, alterou a LRF no que concerne a transparência, onde dispõe que as informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser transmitidas em tempo real, através dos meios eletrônico. Foi instituída, ainda, a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), que versa sobre o direito do cidadão ao acesso a informação.

Com todos esses normativos legais, percebe-se de acordo com Silva (2011), que esses instrumentos são utilizados como forma de aprimorar a interação entre a sociedade e o ente público. É conveniente afirmar que os municípios também estão adotando medidas com o intuito de fortalecer sua democracia, por exemplo, através de orçamento com participação da sociedade, que é uma forma de transparência (PINHO; SACRAMENTO, 2009).

Nesse sentido, diversos estudos nacionais (SANTANA, 2008; QUEIROZ et al., 2013; AVELINO et al., 2014; WRIGHT; PAULO, 2014; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; BARROS; FONSECA, 2015; KRONBAUER et al., 2015; MENDONÇA et al., 2016; BERNARDO; REIS; SEDIYAMA, 2017; BROCCO et al., 2018). e internacionais (ZIMMERMAN, 1977; INGRAM, 1984; RYAN; STANLEY; NELSON, 2002; MARTANI; LESTIANI, 2012) foram realizados com o intuito de verificar quais fatores influenciam no nível de informações divulgadas pelo governo ou entidades/órgãos governamentais. As pesquisas foram realizadas geralmente em municípios pequenos, municípios de maior porte ou todos os municípios de um mesmo Estado. Existindo assim uma lacuna, que são os municípios de médio porte brasileiros. Dessa forma, o presente estudo busca responder o seguinte problema: **Qual a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos, no nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros?**

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar qual a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos, no nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros. Especificamente o estudo propõe: (a) mapear os instrumentos estabelecidos pela Lei da Transparência, LRF e LAI que estão sendo divulgados nos portais eletrônicos dos municípios médios brasileiros; (b) apurar o nível de transparência dos municípios médios brasileiros; (c) criar um ranking sobre o nível de transparência dos municípios médios brasileiros; e (d) identificar quais os indicadores socioeconômicos e demográficos que impactam o nível de transparência dos municípios médios brasileiros.

Para tanto, o presente estudo busca apresentar o ITPM dos municípios médios, e verificar se existe uma relação de melhoria deste por meio dos indicadores sociais, econômicos e demográficos, tais como a competição política (ZIMMERMAN, 1977), urbanização (INGRAM, 1984), renda per capita – Produto Interno Bruto (PIB) (INGRAM, 1984), população (SANTANA JR, 2008), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (CRUZ, 2010), região (CRUZ, 2010), Índice Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (QUEIROZ et al., 2013) e receita orçamentária (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; BARROS; FONSECA, 2015).

Sendo a transparência uma das formas para diminuir a assimetria informacional existente entre o cidadão e o ente público, o presente estudo justifica-se, visto que se dispõe

a analisar quais os instrumentos estabelecidos pela Lei da Transparência, LRF e LAI estão sendo divulgados nos portais eletrônicos dos municípios médios brasileiros, demonstrando o atual cenário e quais os indicadores socioeconômicos e demográficos que impactam o nível de transparência, garantindo ao cidadão acompanhamento das contas públicas; Contribuindo também para ampliar a reflexão crítica na academia sobre transparência pública nos municípios e os indicadores que influenciam esta transparência.

2 TEORIA DA AGÊNCIA E GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO

Como predecessores da Teoria de Agência, Jensen e Meckling (1976), definiram a teoria, como sendo um acordo (contrato) entre uma ou mais pessoas, denominando-se de principal, aquele que irá contratar e delegar algum poder para tomada de decisão a uma pessoa, denominada agente, com a intenção que realizem serviços em seu favor. Hendriksen e Van Breda (2009), mostram que o agente receberá uma remuneração do principal para tomarem as decisões, e o principal será avaliador das informações geradas pelo agente. Assim, se ambas as partes trabalham tendo como finalidade maximização da utilidade, existem motivos para acreditar que o agente nem sempre irá atuar segundo os interesses do principal (JENSEN; MECKLING, 1976).

No âmbito do setor público, o principal pode ser compreendido como o cidadão, o contribuinte, ou eleitor, que através do voto irá eleger um agente, que são os gestores públicos, responsáveis por gerir os recursos públicos financiados pelo principal, através do pagamento de impostos (VIANA, 2010). Por existir essa separação entre o principal financiador (cidadão) e o agente (gestor dos recursos públicos), começa a existirem conflitos de interesses, que segundo Slomski (2009) podem ser entendidos como problemas de comunicação entre o principal e o agente, sendo que o gestor público possui bem mais informações que o principal, ficando a sociedade com incertezas em relação ao que acontece dentro da coisa pública, pois a mesma não consegue monitorar todas as ações dos servidores públicos.

A assimetria informacional surge quando o agente possui mais informações que o principal. Dessa forma, entrando em cena o problema de agência, que se fundamenta especialmente no problema de informações incompletas (assimétricas) (BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2014). A Governança é uma forma de diminuir essa assimetria informacional, sendo capaz de minimizar o problema de agência, permitindo a sociedade cobrar pela atuação dos gestores públicos (QUEIROZ et al., 2013). Assim, a sociedade, como principal interessada, deve demandar do Estado estruturas para que possam exercer suas funções de avaliação, direcionamento e monitoramento das ações executadas por eles, sendo esperado do mesmo, um posicionamento mais ético, profissional e focado em alcançar resultados alinhados as perspectivas da sociedade (TCU, 2014).

Para atingir a governança de maneira adequada, são utilizados princípios, os quais foram estabelecidos por algumas instituições, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), define princípios que tanto podem ser utilizados por empresas quanto em organizações públicas; já o *International Federation of Accountants* (IFAC, 2001), em seu estudo nº 13 definem três princípios para a boa governança no setor público; com o mesmo objetivo, o *Australian National Audit Office* (ANAO, 2003) publicou o Guia de melhores práticas para a governança no setor público, onde definiu seis princípios norteadores, sendo três deles referentes as qualidades dos gestores e os demais, produto de estratégias, sistemas, políticas e processos. Os princípios serão abordados no Quadro 1, confrontando as definições utilizadas pelas três instituições.

Quadro 1: Princípios de Governança aplicados ao Setor Público

Princípios	DEFINIÇÕES		
	IFAC	ANAO	IBGC
Transparência (<i>Openness</i>)	Garantir que as partes interessadas (sociedade) possam ter confiança nas decisões tomadas por seus gestores, dentro da instituição pública.	Garante que as partes interessadas tenham confiança nas decisões e ações das organizações do setor público e dos indivíduos dentro delas	Desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, na relação entre as partes.
Integridade (<i>Integrity</i>)	Apoia-se na honestidade, objetividade, normas de propriedade e probidade na administração dos recursos públicos e na gestão da entidade	Baseia-se em honestidade, objetividade e padrões elevados de propriedade e probidade na gestão de fundos e recursos públicos	Não trata
Equidade (<i>Equity</i>)	Não trata	Não trata	Indica tratamento justo a todos os sócios e as demais partes interessadas
Integração (<i>Integration</i>)	Não trata	O verdadeiro desafio não é simplesmente definir os vários elementos de uma efetiva governança, mas garantir que eles estão holisticamente integrados, pelos seus funcionários e bem compreendida e aplicada dentro da entidade	Não trata
Compromisso (<i>Commitment</i>)	Não trata	As melhores práticas de governança pública requerem um forte compromisso de todos os participantes, para serem implementados todos os elementos da governança corporativa.	Não trata
Responsabilidade e de Prestação de Contas (<i>Accountability</i>)	Processo pelo qual, tanto as entidades públicas, quanto os indivíduos dentro delas são responsáveis pelas suas decisões e ações.	As organizações do setor público e os indivíduos dentro delas, são responsáveis por suas ações e decisões, e estão sujeitos a escrutínio externo	Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões
Responsabilidade e Corporativa	Não trata	Não trata	Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade
Liderança (<i>leadership</i>)	Não trata	Esse princípio marca o “tom no topo” da organização, ou seja, líderes para influenciar positivamente a boa governança.	Não trata

Fonte: Adaptado de IFAC (2001), ANAO (2002; 2003), IBGC (2009) e Linhares, Costa e Rêgo (2017).

Ao analisar o quadro 1, percebe-se que existem apenas dois princípios que são tratados pelos três órgãos, são eles, transparência e responsabilidade de prestar contas (*accountability*). Dando a entender que o gestor público deve, além de transmitir as informações ao cidadão de forma confiável, se responsabilizar por suas ações e decisões. Como mostra Renzio, Gomez e Sheppard (2009), o maior desafio da governança está relacionado a transparência, *accountability* e o envolvimento da sociedade com o processo orçamentário, possibilitando a sociedade ter um maior acompanhamento das decisões tomadas e da responsabilização dos gestores, diante dessas decisões.

2.1 TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY NO SETOR PÚBLICO

A *accountability* pode ser considerada um elemento importante na governança, envolvendo a responsabilidade dos gestores por suas ações e decisões, geralmente para prevenir que o mesmo tenha algum comportamento inapropriado, ou abuse do seu poder. Assim, a prática da *accountability* pode aumentar a confiança da sociedade perante o Estado (ALBUQUERQUE et al., 2007). Acrescenta Rocha (2009), que essa responsabilização pertence a todos os agentes públicos, sejam eles eleitos, nomeados ou de carreira, através do uso dos poderes delegados pelos cidadãos. Sendo assim, as informações amplas e abertas tornam-se imprescindíveis, para que o cidadão possa ter conhecimento sobre o que os agentes públicos estão fazendo, de que forma estão fazendo, quais as consequências resultantes de suas ações e decisões e como estão sendo responsabilizados.

Dessa forma, a transparência das ações governamentais e das contas públicas, são de extrema importância para a participação e controle social, pois, se não existirem informações, as decisões serão prejudicadas (MATTEI, 2012). Com isso, *accountability* governamental pode ser entendida como democracia, ao passo que acompanha seus valores, tais como, a igualdade, a dignidade humana, a participação e a representatividade (CAMPOS, 1990). Assim, a sociedade não se satisfaz com informações referentes apenas a situações que ocorreram na gestão, mas começam a esperar os motivos que justifiquem os acontecimentos, levando em consideração os desejos da sociedade e os objetivos do Estado. Desse modo, o conceito de informação começa a se modificar, deixa de ser considerado apenas publicidade para o gestor público, e passa a ser visto como necessidade dos cidadãos por transparência (ALBUQUERQUE et al., 2007).

A transparência na administração pública é uma ferramenta utilizada para controle e verificação, ou seja, é uma maneira de saber se o que está sendo prometido pelos gestores públicos, está se cumprindo. Dessa forma, a mesma traz um clima de confiabilidade entre o cidadão e o gestor público, favorecendo o crescimento da cidadania, aumentando a democracia e a credibilidade nas tomadas de decisões por parte dos gestores (MENDONÇA et al., 2016). Corroborando com esse pensamento, Macadar, Freitas e Moreira (2015), enfatizam que transparência é vista como uma forma de o Estado transmitir com presteza, rapidez e correção suas informações ao cidadão, ou seja, tornar o Estado aberto e visível ao cidadão.

No Brasil, a transparência ganha força a partir da Lei Complementar n.º 101/2000 que “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”. Em seu art. 48, versa que a transparência deve ser assegurada por meio de incentivos à participação popular e audiências públicas, bem como liberar, em tempo real, informações sobre a execução financeira e orçamentária, em meios eletrônicos de acesso público, para que a sociedade possa conhecer e acompanhar. Sendo dessa forma, entendido transparência como dar o conhecimento a sociedade, e não a publicidade, que estaria ligado apenas a divulgação (MAUSS; FLACH, 2015).

Alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne à transparência, a Lei Complementar n.º 131/2009, Lei da Transparência, surge para acrescentar dispositivos a LRF. Determinando a disponibilização, em tempo real, de informações relacionadas a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A Lei Federal n.º 12.527/2011, trouxe um maior apoio a transparência,

assegurando a sociedade o direito fundamental de acesso à informação. Sendo assim, a utilização da internet pode ser um fator potencial para o aumento da transparência e a participação no setor público (REIS; FERREIRA; FERREIRA, 2015).

As referidas leis aprimoram a relação governo-cidadão, onde de um lado o governante tem o dever de melhorar a transparência divulgando as informações, e do outro lado, o indivíduo exerce o controle social. Assim, com a prestação de contas realizada pelos gestores públicos, aumenta a eficiência das políticas públicas, a efetividade dos serviços prestados pelo setor público e reduz a corrupção (MAUSS; FLACH, 2015). Reis, Ferreira e Ferreira (2015), ressaltam que a sociedade por intermédio de tecnologias de acesso à informação, podem promover melhor o controle social. Sendo que para a melhor promoção do controle social, a sociedade deve se conscientizar que ela tem o direito ao acesso e compreensão das informações públicas.

Assim, a democracia representativa tem como uma de suas premissas fundamentais, que o governo deve ser visível e que nada deve permanecer escondido, sendo fundamental que os governantes promovam a democratização, não disponibilizando apenas informações relativas a administração pública (transparência), mas também tornar público seus próprios atos (*accountability*), tornando o governo cada vez mais aberto aos cidadãos. Dito isso, os novos meios de informação, através do governo eletrônico, surgiram com esse intuito de disponibilizar as informações públicas, ampliando a transparência no setor público (PRADO, 2004).

2.2 APANHADO DE ESTUDOS ANTERIORES

O Quadro 2 apresenta alguns estudos anteriores que foram utilizadas como formulação teórica relacionadas a transparência e *accountability* no setor público, tais pesquisas utilizam indicadores sociais, econômicos, governamentais, demográficos e políticos, para explicar quais variáveis independentes influenciam o nível de transparência. Sendo que todos os estudos utilizam o nível de transparência como variável dependente, assim como o presente estudo.

Quadro 2: Síntese dos estudos anteriores

(continua)

Autor (ano)	Objeto de estudo	Variáveis independentes (relação explicativa constatada)
Zimmerman (1977)	96 cidades (Estados Unidos da América)	Competição política (-) e mídia (+)
Ingram (1984)	50 Estados (Estados Unidos da América)	Competição política (+); nível educacional (-); urbanização (+); renda per capita (+); porte (+); seleção do auditor (-); sistema contábil e administrativo (+); profissionalismo (-); mídia (-); Dependência federal (+); endividamento (-); e receita governamental (+)
Ryan, Stanley e Nelson (2002)	36 municípios (Austrália)	Tamanho do governo local (+); pontualidade dos relatórios (-).
Santana Jr. (2008)	135 Poderes/Órgãos	Receita total (+); despesa total (+); resultado nominal (+); resultado primário (+); receita corrente líquida (+); ativo real (+); passivo real (+); dívida consolidada (+); população total (+); número de municípios (+); taxa de alfabetização (+); população urbana (+); renda per capita (+); e acessibilidade (+).

(conclui)

Autor (ano)	Objeto de estudo	Variáveis independentes (relação explicativa constatada)
Cruz (2010)	96 municípios mais populosos do Brasil.	Região (-); localização (+); partido (+); participação em redes de integração (+); acessibilidade (+); PIB per capita (+); Receita Orçamentária (+); IDH-M (+); taxa de alfabetização (+); IFDM (+); Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos municípios (IRFS) (+); Índice de Potencial de Consumo (IPC) (+); Dinamismo Municipal (+).
Martani e Lestiani (2012)	92 municípios (Indonésia)	Nível de riqueza local (+); dependência do governo local (-); complexidade do governo (+); resultados da auditoria (+); perda de governo potencial (-); e tipo de governo local (-).
Avelino et al. (2013)	130 municípios no estado de Minas Gerais	Gênero do gestor municipal (-); filiação partidária (+); escolaridade do gestor (-); PIB per capita (-); receita orçamentária (+); população (+); transferências de recursos da União para os Municípios (+); Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (-); taxa de Alfabetização (-); Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (+); Índice Firjan de Gestão Fiscal (-); e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais (-).
Queiroz et al. (2013)	167 municípios do estado do Rio Grande do Norte.	População (+); receita arrecadada (+); e índice FIRJAN de desenvolvimento (+).
Wright e Paulo (2014)	384 municípios brasileiros	Urbanização (+); idade (+); educação (+); renda (+); receita tributária (+); e competição política (-).
Bairral, Silva e Alves (2015)	115 entidades públicas federais	Tamanho da entidade (-); demografia (+); tamanho do núcleo de gestão (-); burocracia (-); tipo de entidade (+); auditoria interna (+); acessibilidade (+); dependência federal (-); e receita orçamentária (-).
Barros e Fonseca (2015)	399 municípios do Paraná	Taxa de analfabetismo (+); população total (+); PIB per capita (+); receita orçamentária (+); IDH municipal (+).
Kronbauer, et al. (2015)	56 municípios do Estado de Mato Grosso	Orçamento Médio Anual (+); Receita Corrente Líquida (+); PIB anual (+); População (+); Demografia (-).
Mendonça et al. (2016)	223 municípios da Paraíba	Educação (+) e Receitas Orçamentárias (+).
Bernardo, Reis e Sedyama (2017)	66 municípios de médio e grande porte de Minas Gerais	Taxa de população urbana (+); taxa de emprego no setor formal (-); renda per capita (-); receita orçamentária (+); índice Firjan de gestão Fiscal (-); taxa de alfabetismo (+); índice de Gini (-); e número de conselhos ativos (-).
Souza e Peixe (2017)	35 municípios paranaenses com população superior a 50.000 habitantes.	Não apresenta variáveis independentes.
Brocco et al. (2018)	43 municípios do Rio Grande do Sul	População (+); PIB (+); IDHM (-); taxa de analfabetismo (-); e IFDM (+).

Fonte: Elaboração própria.

Diante o exposto no quadro 2, percebe-se que o assunto relacionado a indicadores que influenciam na transparência e *accountability* no setor público, é bastante explorado, tanto nacional, quanto internacionalmente. Mas, segundo Mendonça et al. (2016), ainda existe muitos aspectos da transparência pública a serem estudados e consequentemente melhorados pelos gestores públicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, quanto aos objetivos, é identificado como uma pesquisa descritiva. No que se refere a abordagem do problema, é definida como uma pesquisa quali-quantitativa e quanto aos procedimentos utilizados, caracteriza-se como um levantamento, visto que se dispõe a levantar as informações evidenciadas nos portais, utilizando-se para tanto, dados secundários referentes as divulgações voluntárias e obrigatórias presentes nos portais eletrônicos das prefeituras dos municípios de médio porte brasileiros.

O universo da pesquisa são os municípios brasileiros caracterizados como de médio porte, os quais possuem entre 100.000 e 500.000 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), totalizando 268 municípios, desses, 11 municípios foram retirados da amostra por não possuírem dados no Finanças Brasil (FINBRA) para o exercício de 2016, impossibilitando dessa forma a análise. Sendo assim a amostra para análise é composta por 257 municípios.

Escolheu-se os municípios de médio porte de maneira intencional, por identificar em algumas pesquisas, resultados onde mostram que municípios de pequeno porte são menos transparentes (Queiroz et al., 2013; Wright; Paulo, 2014), assim como os de grande porte divulgam mais (Barros; Fonseca, 2015). Então a amostra foi escolhida, de forma a equilibrar o nível de divulgação dos municípios e torna-los mais comparáveis, além de suprir uma lacuna, que são os municípios de médio porte brasileiros, pois os estudos geralmente focam em municípios pequenos, grandes, ou pesquisar todos os municípios de um mesmo Estado.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, a primeira buscando determinar o Índice de Transparência Pública Municipal (ITPM), sendo realizada exclusivamente por meio da *internet*, no período de novembro 2017 a janeiro de 2018, através dos portais eletrônicos das prefeituras dos municípios que compõem a amostra, colocando-se no *google*: nome do município + UF, caso não fossem encontrado o site da prefeitura dessa forma, utilizou-se os seguintes modelos base: nomedomunicipio.uf.gov.br; nomedomunicipio.com.br; prefeituramunicipalde+nomedomunicipio.com.br. As informações coletadas, foram as divulgações mais recentes do portal eletrônico.

O instrumento de coleta utilizado na pesquisa foi um *checklist*, Quadro 3, elaborado de acordo com os modelos de Kronbauer et al. (2015) e Souza e Peixe (2017), onde constam as exigências legais de transparência descritas na Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009, e a Lei nº 12.527/2011, bem como, uma divulgação voluntária (Orçamento Cidadão).

Quadro 3: Checklist de quesitos avaliativos

(continua)

Base Legal	Item	Descrição	Estudos anteriores
I. Despesas			
LRF (Art. 48)	1	Data da despesa (possibilidade de acompanhar a publicação das despesas em tempo real)	Souza e Peixe (2017)
Lei da Transparência (Art. 2)	2	Nº e valor do empenho, liquidação e pagamento	Souza e Peixe (2017)
	3	Número de processo da execução	Souza e Peixe (2017)
	4	Classificação orçamentária	Souza e Peixe (2017)
	5	Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	Souza e Peixe (2017)
	6	Procedimento licitatório realizado	Souza e Peixe (2017)
	7	Descrição do bem fornecido ou serviço prestado	Souza e Peixe (2017)
LAI (Art. 8)	8	Informações sobre despesas realizadas	Kronbauer et al. (2015)
II. Receitas			
LRF (Art. 48)	9	Data da posição (possibilidade de acompanhar a publicação das receitas em tempo real)	Souza e Peixe (2017)
	10	Natureza da receita	Souza e Peixe (2017)
LRF (Art. 11)	11	Valor da previsão	Souza e Peixe (2017)
	12	Valor de arrecadação	Souza e Peixe (2017)

(conclui)

Base Legal	Item	Descrição	Estudos anteriores
LAI (Art. 8)	13	Informações relativas a repasses ou transferências de recursos	Kronbauer et al. (2015)
III. Informações Financeiras			
LRF (Art. 48)	14	Plano Plurianual (PPA) vigente	Souza e Peixe (2017); Kronbauer et al. (2015)
	15	Plano Plurianual (PPA) anteriores	Kronbauer et al. (2015)
	16	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente	Souza e Peixe (2017); Kronbauer et al. (2015)
	17	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anteriores	Kronbauer et al. (2015)
	18	Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente	Souza e Peixe (2017); Kronbauer et al. (2015)
	19	Lei Orçamentária Anual (LOA) anteriores	Kronbauer et al. (2015)
	20	Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)	Souza e Peixe (2017)
	21	Relatório resumido da execução orçamentária (RREO)	Souza e Peixe (2017); Kronbauer et al. (2015)
	22	Relatório de gestão fiscal (RGF)	Souza e Peixe (2017); Kronbauer et al. (2015)
	23	Versão simplificada RREO	Kronbauer et al. (2015)
	24	Versão simplificada RGF	Kronbauer et al. (2015)
IV. Procedimentos Licitatórios			
LAI (Art. 8)	25	Informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos	Souza e Peixe (2017); Kronbauer et al. (2015)
V. Acesso a Informação			
LAI (Art. 5)	26	Indicação clara de acesso a Lei de Acesso à Informação (LAI)	Kronbauer et al. (2015)
LAI (Art. 6)	27	Indicação de meios para solicitação de informações	Kronbauer et al. (2015)
LAI (Art. 9)	28	Criação do serviço de informações ao cidadão - SIC	Kronbauer et al. (2015)
LAI (Art. 8)	29	Informações quanto as suas competências	Kronbauer et al. (2015)
	30	Informações quanto a estrutura organizacional	Kronbauer et al. (2015)
	31	Divulgação do endereço, telefones e horários de atendimento da(s) unidade(s)	Kronbauer et al. (2015)
	32	Informações para acompanhamento programas, ações, projetos e obras	Kronbauer et al. (2015)
	33	Disponibilidade de "resposta e perguntas" mais frequentes FAQ	Kronbauer et al. (2015)
	34	Disponibilidade de ferramenta de pesquisa	Kronbauer et al. (2015)
	35	Permissão para gravação de relatórios eletrônicos	Kronbauer et al. (2015)
	36	Atualização das informações disponibilizadas	Kronbauer et al. (2015)
	37	Disponibilidade de acesso a informações por pessoas com deficiência	Kronbauer et al. (2015)
VI. Divulgação Voluntária			
	38	Orçamento cidadão	

Fonte: Adaptado de Kronbauer et al. (2015); Souza e Peixe (2017).

Para construir o Índice de Transparência Pública Municipal, utilizou-se a variável *dummy*, sendo atribuído 1 para cada quesito divulgado, seja ele obrigatório ou voluntário, e 0 para a não existência do quesito. Logo em seguida, foram somados os pontos de cada município e divididos pela pontuação máxima (38 pontos), encontrando-se assim a porcentagem de representatividade do município em relação ao total de municípios da amostra. Ao apurar o nível de transparência, foi criado um ranking, decrescente, do município que apresentou o maior ITPM, ao que apresentou o menor ITPM.

A segunda etapa da pesquisa, refere-se aos fatores condicionantes da transparência pública municipal, onde espera-se para cada um desses fatores uma correlação positiva, com o ITPM. Estes fatores representam as variáveis independentes deste estudo, onde quanto maior o valor da variável independente, o nível de transparência também deverá ser maior, com exceção da variável região, onde a mesma tem uma relação indefinida. Os dados foram coletados em diversas bases, como existem indicadores com periodicidades distintas, foi utilizado o relatório mais recente no momento da coleta. O Quadro 4 apresenta as variáveis utilizadas nesta pesquisa, indicando ainda, a sua respectiva base de coleta.

Quadro 4: Variáveis explicativas

Variável	Indicador	Descrição	Base (período analisado)
Dependente	ITPM	Através do checklist elaborado, será aplicado o ITPM como variável dependente, podendo o indicador variar de 0 a 38 pontos.	Portais eletrônicos das prefeituras referentes a amostra (2017;2018)
Independentes	População	Será utilizado a população residente no município	IBGE (2016)
	Renda per capita – Produto Interno Bruto (PIB)	Nível de atividade econômica do município (valor total dos bens e serviços produzidos dividido pela população total)	IBGE (2015)
	Receita Orçamentária	Será encontrado um percentual da receita, dividindo-se a receita tributária pela receita total do município.	STN** (2016)
	IDHM*	Será analisado o índice de desenvolvimento humano municipal.	IBGE (2010)
	IFDM - Educação	Será utilizado o índice referente a educação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	IFDM*** (2013)
	IFDM – Emprego e renda	Será utilizado o índice referente a Emprego e renda do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	IFDM (2013)
	Urbanização	Será analisado o percentual de urbanização das vias públicas	IBGE (2010)
	Competição política	O percentual de votos validos recebidos pelo prefeito do município.	TSE**** (2016)
	Região	Região geográfica a qual o município pertence.	Variável <i>dummy</i>

Fonte: Elaboração própria.

* Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

** Secretaria do Tesouro Nacional

*** Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de Desenvolvimento Municipal.

**** Tribunal Superior Eleitoral

Para determinar quais fatores de fato são condicionantes da transparência pública municipal utilizou-se uma regressão linear múltipla, que de acordo com Fávero (2015), o modelo de regressão múltipla considera a possibilidade de incluir diversas variáveis explicativas para estudar o comportamento do fenômeno em questão, que no caso da presente pesquisa o fenômeno em questão é o Índice de Transparência Pública Municipal, conforme demonstra a Equação 1:

$$ITPM_i = \alpha + \beta_1.POP_i + \beta_2.PIB_i + \beta_3.RECO_i + \beta_4.IDHM_i + \beta_5.EDU_i + \beta_6.EMPR_i + \beta_7.URB_i + \beta_8.COMP_i + \beta_9.REG_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde:

ITPM representa o Índice de Transparência Pública Municipal do município i ;
 POP representa a população do município i ;
 PIB é a renda per capita do município i ;
 RECO é a receita tributária dividida pela receita total do município i ;
 IDHM é o índice de desenvolvimento humano do município i ;
 EDU é o nível de educação do município i ;
 EMPR representa emprego e renda do município i ;
 URB é o nível de urbanização do município i ;
 COMP é o nível de competição política do município i ;
 REG representa a região ao qual o município pertence; e
 ε_i = termo de erro da regressão.

A regressão linear múltipla para este tipo de análise foi utilizada em estudos como, Wright e Paulo (2014), Mendonça et al. (2016), Bernardo, Reis e Sedyama (2017) e Brocco et al. (2018).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O universo do presente estudo é constituído por 268 municípios brasileiros considerados de médio porte, destes, 11 municípios (Parintins (AM); Santana (AP); Paço do Lumiar (MA); Itaguaí (RJ); Bragança (PA); Araruama (RJ); Cametá (PA); Abaetetuba (PA); Ferraz Vasconcelos (SP); Cabo Frio (RJ); Colombo (PR)) foram retirados da amostra, por motivo de não apresentarem seus dados no Finanças do Brasil (FINBRA, 2016). Resultando em uma amostra de 257 municípios que tiveram os portais eletrônicos analisados, com base no *checklist* (Quadro 3) que está dividido em grupos de análise, de acordo com a Tabela 1. Vale salientar, que todos os quesitos apresentados, são de divulgação obrigatória, exigidos pela LRF, LAI e Lei da Transparência, com exceção do grupo VI, que possui um quesito voluntário, o Orçamento Cidadão. A Tabela 1 apresenta a média de itens evidenciados por grupo de análise.

Tabela 1: Média de evidenciação por grupo de análise

Grupos	Média
I - Despesas	49,46%
II - Receitas	60,39%
III - Informações Financeiras	43,47%
IV - Procedimentos Licitatórios	91,44%
V- Acesso a Informação	66,41%
VI - Divulgação Voluntária	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pode-se observar, que o grupo com maior divulgação foi o IV - procedimentos licitatórios, indicando que, dos 257 municípios analisados, 91,44% divulgam informações concernentes a procedimentos licitatórios e contratos. Seguido pelo grupo V - acesso a informação (66,41%), destacando-se os quesitos relacionados a permissão para gravação dos relatórios eletrônicos (97,28%), indicação clara de acesso a LAI (91,44%) e disponibilidade de ferramenta de pesquisa (91,05%). Nos grupos I – Despesas (49,46%) e II – Receitas (60,30%), observa-se que quanto ao acompanhamento em tempo real das informações, apenas 5,06% e 4,28% dos municípios divulgam suas informações em tempo real, respectivamente.

Quanto ao grupo III - Informações financeiras (43,47%), destaca-se que as informações referentes a exercícios anteriores geralmente não são mantidas no *site*, ou seja, um maior número de municípios possui apenas divulgações referentes ao exercício vigente. Onde pode-se verificar que dos 257 municípios analisados, os mesmos divulgaram

principalmente: Plano Plurianual (PPA) vigente (54,47%); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente (54,86%); Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente (57,20%); Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) (76,26%); e Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (71,21%).

Em relação a única informação voluntária do *checklist*, pertencente ao grupo VI - Divulgação voluntária, refere-se ao quesito orçamento cidadão, nenhum município analisado apresentou esta informação. Ao analisar o *checklist* de um modo geral, percebe-se que a presente pesquisa corrobora com o estudo de Broco et al. (2018), ao verificar que as informações referentes a LAI, são mais evidenciadas que as informações da LRF.

Por meio do *checklist* realizado nos portais eletrônicos, pôde-se mensurar o nível transparência nos municípios, permitindo dessa forma, classifica-los de forma decrescente, de acordo com o número de quesitos divulgados por cada um deles (Apêndice A). Na Tabela 2, é possível verificar os cinco municípios que apresentaram o maior nível de transparência, bem como os cinco municípios que menos evidenciaram informações a sociedade.

Tabela 2: *Ranking* de transparência

Posição	Município	Estado	Itens divulgados	Nível de transparência
1º	Ji-Paraná	RO	32	0,84
2º	Vila Velha	ES	31	0,82
3º	Olinda	PE	30	0,79
	Boa Vista	RR	30	0,79
	Cascavel	PR	30	0,79
253º	Paulínia	SP	7	0,18
	Poços de Caldas	MG	7	0,18
255º	Codó	MA	4	0,11
256º	Araraquara	SP	3	0,08
257º	Ponta Grossa	PR	2	0,05

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Verifica-se que o município com o maior nível de divulgações a sociedade foi Ji-Paraná (RO), atingindo 32 quesitos, conseguindo alcançar um nível de transparência de 0,84, indicando que, dos itens analisados, o município divulga 84% das informações. Em segundo lugar ficou Vila Velha (ES) com 31 quesitos, atingindo um nível de transparência de 0,82 ou 82%. Em terceiro lugar, ficaram Olinda (PE), Boa Vista (RR) e Cascavel (PR), evidenciando cada um, 30 quesitos, atingindo um nível de transparência de 0,79 ou 79%. Vale ressaltar que nenhum município atingiu a pontuação máxima do *checklist*, que seria 38 quesitos, pois nenhum deles divulgou todos os relatórios que constam no *checklist*.

Quanto aos municípios que menos divulgaram, pode-se analisar que o município que menos divulgou informações foi Ponta Grossa (PR), com apenas 2 quesitos, apresentando dessa forma um nível de transparência de apenas 0,05 ou 5%. Seguido do município de Araraquara (SP), com apenas 3 quesitos, atingindo um nível de transparência de 0,08 ou 8%. Logo após Codó (MA), com 4 quesitos (11%). Em seguida, os municípios de Poços de Caldas (MG) e Paulínia (SP), com 7 quesitos cada uma, apresentando dessa forma um nível de transparência de 0,18 ou 18%.

Levando em consideração, que os municípios pertencentes as últimas colocações do *ranking*, estavam com algum problema em seu Portal da Transparência no momento da pesquisa, existindo para tanto, as seguintes situações que ocorreram de forma mais frequente, o *site* da prefeitura não possuía Portal da Transparência, o Portal da Transparência estava em construção ou o mesmo existia, não estava em construção, entretanto não foi possível acessá-lo.

Os achados corroboram com o estudo de Souza e Peixe (2017), onde os mesmos analisaram o nível de transparência dos municípios paranaenses, sendo o município de Cascavel (PR) apresentou um nível de transparência de 87% ficando entre os primeiros colocados no *ranking*, e Ponta Grossa (PR), apresenta um nível de transparência de 69%, um

percentual alto, comparado ao presente estudo, entretanto, o município se classificou entre os últimos do *ranking*, atingindo a posição 29º dos 35 municípios analisados, essa divergência pode ser explicada pelo *checklist* utilizado, onde a pesquisa citada, possuem mais quesitos a serem analisados, possuindo 53 itens.

Levando em consideração todas as variáveis estudadas, sejam elas dependente ou independentes, a Tabela 3 apresenta a análise descritiva de todas as variáveis que constam no modelo econométrico. Sendo analisados a seguir as medidas de média, mediana, máximo, mínimo e desvio padrão.

Tabela 3 – Análise descritiva das variáveis

Variável	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão
ITPM	54,35%	55,26%	84,21%	5,26%	13,92%
POP	205.651,15	166.491	497.883	100.128	103.428,80
PIB	32.041,79	27.772,95	276.972,13	7.338,15	25.159,80
RECO	0,163	0,154	0,483	0,003	0,077
IDHM	0,739	0,747	0,862	0,588	0,049
EDU	0,788	0,790	0,990	0,468	0,111
EMPR	0,694	0,726	0,896	0,326	0,108
URB	32,39%	29,70%	91,30%	0,20%	22,22%
COMP	54,24%	52,81%	100,00%	22,42%	13,14%
NOR	60,57%	60,53%	84,21%	44,74%	8,44%
NORD	54,50%	55,26%	78,95%	10,53%	13,12%
SUL	53,93%	55,26%	78,95%	5,26%	13,61%
SUD	54,43%	55,26%	81,58%	7,89%	13,50%
C-O	51,99%	52,63%	68,42%	18,42%	11,01%

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se na Tabela 3, que o percentual médio de transparência dos municípios é de 54,35%, indicando que, dos quesitos analisados, os municípios de médio porte brasileiros estão divulgando em média pouco mais que a metade. A mediana de 55,26%, indica que a maior parte dos municípios da amostra obtiveram divulgação acima da média. Existindo uma variação de 78,95% entre o município que menos divulgou informações Ponta Grossa/PR (5,26%), para o município que mais transparente da amostra Ji-Paraná/RO (84,21%).

Quanto a população, verifica-se que em média populacional dos municípios analisados é de 205.651,15 habitantes. A mediana foi de 166.491 habitantes, isso indica que a maior parte dos municípios possuem população abaixo da média. A alta variabilidade do desvio padrão, se dá pela grande variação existente entre a população do município de Paulínia/SP (100.128) que foi o município com a menor população e Niterói/RJ (497.883) sendo o município com a maior população.

A renda per capita, apresentou uma alta variabilidade em seu desvio padrão, pois verifica-se que a variação do PIB entre os municípios foi ampla, onde o município que apresentou o maior valor do PIB, Paulínia/SP (R\$ 276.972,13) e o menor valor foi Codó/MA (R\$ 7.338,15). Verificando-se que em média, os municípios possuem um PIB no valor de R\$ 32.041,79.

O índice da receita orçamentária, obtido por meio da relação entre a receita tributária e a receita total do município, apresentou uma média de 0,163 e uma mediana de 0,154. Onde existe uma alta variabilidade entre o município com o menor indicador, Caxias/MA (0,003) e o que apresentou o maior indicador, município de Poá/SP (0,483).

Quanto aos indicadores de desenvolvimento socioeconômicos IDHM, IFDM – Educação e IFDM – Emprego e renda, apresentaram médias consideradas altas, 0,739, 0,788 e 0,694 respectivamente, conforme os critérios estabelecidos pelo órgão competente, onde o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelece critérios para o

IDHM e sistema FIRJAM para os demais. Existindo grande variabilidade entre os municípios, onde o maior indicador foi do município São Caetano do Sul/SP (0,862), Birigui/SP (0,990) e Três Lagoas/MS (0,896), apresentando menores indicadores os municípios de Tailândia/PA (0,588), São Félix do Xingu/PA (0,468) e São Lourenço da Mata/PE (0,326), respectivamente.

Quanto a urbanização dos municípios analisados, observa-se que dos 257 municípios, em média 32,39%, possuem suas vias públicas urbanizadas. A alta variabilidade apresentada pelo desvio padrão ocorre devido ao fato de que o município que possui menor urbanização das vias públicas, São Félix do Xingu/PA (0,2%) está totalmente distante do município que possui maior urbanização, Nilópolis/RJ (91,3%), apresentando assim uma amplitude entre o mínimo e o máximo de 91,1%.

A competição política indica que em média os prefeitos eleitos dos municípios tiveram 54,24% dos votos válidos. Apresentando uma alta variabilidade entre o mínimo e o máximo, mostrando que o município de Barbacena/MG, elegeu seu atual prefeito com 22,42% dos votos válidos, enquanto nos municípios de Maranguape/CE e São José de Ribamar/MA, o prefeito atual foi eleito com 100% dos votos válidos, levando em consideração que para esses dois municípios, o voto dos demais candidatos não foram computados.

Em relação as regiões, pode-se verificar que a região mais transparente é a região Norte (60,57%) e a região que menos divulgou informações a sociedade, foi a região Centro-Oeste (51,99%). A região Sudeste obteve o maior número de municípios (125 municípios), compondo quase metade da amostra, seguida pela região Nordeste (50 municípios) e região Sul (47 municípios). Pode-se verificar que as médias das regiões são bem próximas da média nacional (54,35%), sendo que as médias da região Sudeste (54,43%) e da região Nordeste (54,50%), estão praticamente idênticas a média geral. Todos apresentaram uma mediana um pouco maiores que a média, indicando que, as divulgações das regiões estão bem próximas a média.

A presente pesquisa diverge do estudo de Wright e Paulo (2014), onde mostram que as regiões Norte e Nordeste são menos transparentes. Entretanto, essa divergência pode ser explicada, se levar em consideração a amostra utilizada, onde os mesmos utilizaram uma seleção probabilística aleatória estratificada, de todos os municípios brasileiros, chegando a uma amostra de 384 municípios, sendo que a mesma, possui municípios com menos de 50 mil habitantes, até municípios com mais de 500 mil habitantes. Então, dessa forma, essa diferença entre as amostras utilizadas, pode explicar a divergência entre os estudos.

4.1 ANÁLISE DA REGRESSÃO

Após análise descritiva das variáveis, será analisado nesta seção a regressão linear múltipla, para definir quais variáveis influenciam ou não no nível de transparência dos municípios analisados. Serão apresentados na Tabela 4, os resultados obtidos. Ressalta-se que para a construção da regressão, utilizou-se para as variáveis População (POP) e PIB per capita (PIB) o conceito de logaritmo natural, para assim, diminuir a diferença entre o porte dos municípios, pois a distância entre o valor mínimo e máximo era muito ampla, colocando-os assim, na mesma grandeza.

Antes de realizar o teste com a regressão linear múltipla, foram testados os pressupostos do modelo econométrico. Para verificar a existência de sobreposição entre as variáveis, foi utilizada a matriz de correlação de Pearson, diante dela, verificou-se que não há sobreposição dos dados, uma vez que nenhuma variável apresentou correlação superior a 0,8. Em seguida, foi realizado o teste de *White*, mostrando não haver problema de heterocedasticidade, e o teste de *Variance Inflation Factor* (VIF) demonstrando não existir problema de multicolinearidade. Por fim, foi realizado o teste de Kolmogorov-Smirnov, para verificar a normalidade dos resíduos, onde o mesmo aponta problema de normalidade, entretanto, conforme Gujarati (2006) o Teorema do Limite Central flexibiliza a conjectura da normalidade dos dados para amostras grandes, não prejudicando, dessa forma a consistência do modelo, ou seja, em grandes amostras os dados tendem a normalidade, podendo assim relaxar do pressuposto da normalidade.

Tabela 4 – Análise da regressão

$$ITPM_i = \alpha + \beta_1 \cdot POP_i + \beta_2 \cdot PIB_i + \beta_3 \cdot RECO_i + \beta_4 \cdot IDHM_i + \beta_5 \cdot EDU_i + \beta_6 \cdot EMPR_i + \beta_7 \cdot URB_i + \beta_8 \cdot COMP_i + \beta_9 \cdot REG_i + \varepsilon_i$$

Classificação	Variáveis	Beta	Erro padrão	t-Estatístico	P - Value
Variáveis Explicativas	C	0,058	0,654	0,089	0,929
	POP	0,179	0,02	2,698	0,007***
	PIB	-0,015	0,021	-0,172	0,863
	RECO	0,039	0,152	0,469	0,64
	IDHM	-0,103	0,406	-0,717	0,474
	IFDM - EDU	0,294	0,153	2,401	0,017**
	IFDM - EMPR	0,051	0,105	0,636	0,525
	URB	0,117	0,054	1,367	0,173
	COMP	0,086	0,064	1,425	0,155
	NOR	0,356	0,042	4,616	0,000***
	NORD	0,307	0,033	3,239	0,001***
	SUL	0,302	0,028	3,938	0,000***
	CEN	0,108	0,038	1,59	0,113
Parâmetros do Modelo	Variável Dependente	ITPM			
	N	257			
	Adjusted R-squared	0,122			
	Durbin-Watson stat	0,317			

Fonte: Dado da pesquisa (2018).

Os símbolos ** e *** representam significância estatística a 5% e 1%, respectivamente.

Os resultados revelam que a variável explicativa população (POP), apresenta significância estatística de 1%, conforme *p-value* 0,007***, verificando-se um impacto positivo com a variável dependente ITPM, apresentando um beta de 0,179. Indicando que, não necessariamente municípios com maiores populações irão ser mais transparentes com a sociedade (Queiroz et al., 2013). Este resultado, corrobora com o resultado encontrado por Queiroz et al. (2013) e Barros e Fonseca (2015), entretanto, diverge do resultado apresentado no estudo de Brocco et al. (2018), onde o mesmo demonstra existir correlação, mas não existir significância estatística entre a variável dependente e a variável população.

Ao analisar a variável independente IFDM – Educação (IFDM – EDU), percebe-se que a mesma apresentou significância estatística de 5% em relação a variável dependente ITPM, com um *p-value* de 0,017**, apresentando um coeficiente de 0,294, um pouco maior que a variável população, indicando que a variável IFDM – Educação, possui um impacto positivo com a variável ITPM. Isso demonstra, que municípios com melhores condições de ensino, tendem a ser mais exigentes quanto ao nível de transparência. Corroborando com os estudos de Cruz (2010), Queiroz et al. (2013), Avelino et al. (2014) e Brocco et al. (2018), levando em consideração que nos estudos citados, os autores utilizaram o IFDM consolidado, enquanto no presente estudo, o mesmo foi utilizado por indicador.

Quanto as variáveis explicativas referentes a região, apenas a região Centro-Oeste não possui significância estatística, apresentando um *p-value* de 0,113, apresentando também uma fraca correlação (0,108) com a variável ITPM. A região Norte, Nordeste e Sul, apresentam significância estatística ao nível de 1%, podendo-se verificar um impacto positivo com a variável ITPM, onde apresentam coeficientes de 0,356, 0,307 e 0,302, respectivamente. Indicando que, os municípios pertencentes as regiões Norte, Nordeste e Sul, são mais

propícios a divulgarem informações a sociedade. Assim como estudo de Queiroz (2015), a região Sudeste foi escolhida como categoria de referência, por ser a região que mais possui municípios na amostra (48,64%), desse modo, os coeficientes das variáveis tomarão como referência a região Sudeste.

As variáveis PIB per-capta (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apresentaram um impacto negativo, sendo oposto ao resultado esperado, onde esperava-se de todas as variáveis uma relação positiva, com exceção da variável regiões; e não apresentaram significância estatística, divergindo dos estudos de Wright e Paulo (2014), Cruz (2010), Barros e Fonseca (2015), obtendo um resultado semelhante ao de Brocco et al. (2018). As demais variáveis, apresentaram relação positiva, entretanto não apresentam significância estatística.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar qual a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos, no nível de transparência dos municípios de médio porte brasileiros. O universo foi composto por 268 municípios brasileiros considerados de médio porte, com população de 100.000 a 500.000 habitantes. Foram retirados da amostra 11 desses municípios por motivos de dados faltantes. Dessa forma a amostra para análise desta pesquisa foi constituída de 257 municípios.

Com a construção do índice de transparência pública municipal, elaborado de acordo com as exigências da Lei da Transparência, LRF, da LAI e inserindo-se um elemento de divulgação voluntário, foi possível avaliar quais os municípios que mais divulgam informações a sociedade. Constatou-se que o município que mais divulgou informações foi Ji-Paraná/RO, que apresentou um índice de divulgação de 84%, cumprindo 32, dos 38 quesitos presentes no *checklist*. Apesar de serem todos itens obrigados por lei, com exceção do item Orçamento Cidadão, os resultados sugerem que em média o nível de divulgação dos municípios foi baixo, uma vez que a média do ITPM foi de 54,35%, ou seja, mesmo existindo a obrigatoriedade de divulgar as informações presentes no *checklist*, apenas pouco mais que a metade dos itens, são evidenciados pelos municípios.

Analisando os municípios por região, verifica-se que a região mais transparente, é a região Norte e a região que menos divulgou informações a sociedade foi a região Centro-Oeste. A região Sudeste apresentou o maior número de municípios da amostra, atingindo quase a metade dos municípios analisados, seguida da região Nordeste com 50 municípios. A média das regiões se mostram próximas a média nacional, entretanto, a média da região Sudeste é a que mais se aproxima da média geral. Por apresentar o maior número de municípios, a região Sudeste não consta no modelo econométrico para não influenciar no resultado.

Quanto ao resultado da regressão múltipla, duas das variáveis (PIB e IDHM) apresentaram uma relação negativa com a variável dependente ITPM, não apresentando significância estatística, divergindo assim da relação esperada, pois esperava-se um impacto positivo, indicando que quanto maior o desenvolvimento econômico e social, maior seria o controle sobre a transparência das informações públicas. As demais variáveis, todas obtiveram uma relação positiva, assim como o esperado, entretanto, os resultados apontam que apenas cinco variáveis possuem significância estatística, sendo elas, quatro demográficas População, Região Norte, Região Nordeste e Região Sul e uma socioeconômica IFDM – Educação.

Levando em consideração os resultados da pesquisa, pode-se concluir que a mesma atingiu seu objetivo, demonstrando que das doze variáveis independentes estudadas, cinco tinham poder explicativo quanto ao nível de transparência dos municípios de média porte brasileiros, sendo que apenas uma variável representa indicadores socioeconômicos e quatro são referentes a indicadores demográficos. Como limitação encontrada no estudo, destaca-se o fator das variáveis analisadas terem periodicidades distintas, o que pode comprometer o modelo.

Para futuras pesquisas, sugere-se replicar o presente estudo em outro país da América Latina, para comparar os resultados do nível de transparência e verificar se as variáveis que explicam a transparência dos municípios de médio porte brasileiros, são as mesmas dos municípios de médio porte de outro país.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. H. M. et al. Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-sociedade. In: Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 7, 2007, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FIPECAFI, 2007.
- ANAO. Australian National Audit Office. **Achieving Better Practice Corporate Governance in the Public Sector**. Australian: ANAO, 2002. Disponível em: <https://www.anao.gov.au/pubs>. Acesso em: 25 set. 2017.
- ANAO. Australian National Audit Office. **Better Practice Public Sector Governance**. Australian: ANAO, 2003. Disponível em: <https://www.anao.gov.au/pubs>. Acesso em: 25 set. 2017.
- AVELINO, B. C. et al. Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do estado de minas gerais. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Santa Catarina, v. 13, n. 2, p. 571-608, maio/ago. 2014
- BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 49, n. 3, p. 643-675, maio/jun. 2015.
- BARROS, L. M.; FONSECA, M. W. A transparência fiscal eletrônica nos municípios do estado do paraná: avaliação do  ndice de transparência e as possíveis relações nesse processo. In: Congresso ANPCONT, 9, 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPCONT, 2015.
- BERNARDO, J. S.; REIS, A. O.; SEDIYAMA, G. A. S. Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. **Revista Ciências Administrativas**, Fortaleza v. 23, n. 2, p. 277-292, maio/ago. 2017.
- BRAGA, L. V. et al. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, Brasília v. 59, n. 1, p. 05-21, jan./mar. 2008.
- BRASIL. **Lei Complementar Federal n.é 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 30 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar n.é 131**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos   Lei Complementar n.é 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 30 jul. 2017.
- BRASIL. **Lei n.é 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5 , no inciso II do   3  do art. 37 e no   2  do art. 216 da

Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 jul. 2017.

BROCCO, C. et al. Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v.10, n. 1, p. 139-159, jan./jun. 2018.

CAMPOS, A. M. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o Português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr.1990

CRUZ, C. F. **Transparência da gestão pública municipal**: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FÁVERO, L. P. **Análise de dados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 1. ed., 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. Rio de Janeiro: Autor. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Urbanização de vias públicas**. Rio de Janeiro: Autor. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB per capita**. Rio de Janeiro: Autor. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016. Rio de Janeiro: Autor. 2016. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 20 fev. 2018.

IFAC. International Federation of Accountants. **Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective**. New York: Study 13. 2001.

IFDM. Índice da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de Desenvolvimento Municipal. **Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal e indicadores**. Rio de Janeiro: Autor. 2013. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

INGRAM, R. W. Economic incentives and the choice of the state government accounting practice. **Journal of Accounting Research**, v. 22, n. 1, p. 126-134, 1984.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KRONBAUER, C. A. et al. Evidenciação de informações nas páginas web de prefeituras municipais Matogrossenses: uma análise de aderência à lei de responsabilidade e lei de acesso à informação. In: Congresso ANPCONT, 9, 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: ANPCONT, 2015.

LINHARES, I. S.; COSTA, G. M.; RÊGO, T. F. Governança pública: um estudo bibliométrico nos principais eventos nacionais da área de “administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo”. In: Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 1, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CIDESP, 2017.

MACADAR, M. A.; FREITAS, J. L.; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo v. 15, n. 3, p. 78-100, set./dez. 2015.

MARTANI, D.; LESTIANI, A. Disclosure in local government financial statements: the case of Indonesia. **Global Review of Accounting and Finance**, v. 3, n. 1, p. 67-84, 2012.

MATTEI, R. E. V. Transparência governamental e *accountability* na Administração pública: análise sobre as contas públicas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v.7, n.3, set./dez. 2012.

MAUSS, C. V; FLACH, F. A evidenciação e transparência da informação contábil da Administração Pública. **Revista Eletrônica do TCE-RS**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 57-72, jul. 2015.

MENDONÇA, R. M. et al. Um estudo sobre o nível de transparência nos portais eletrônicos da Paraíba. In: Congresso UnB de Contabilidade e Governança, 2, 2016, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UnB, 2016.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência**: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

QUEIROZ, D. B. et al. Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: Avaliação da relação entre o nível de *disclosure*, tamanho e características socioeconômicas. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa v. 1, n. 2, p. 38-51, jul./dez. 2013.

QUEIROZ, D. B. **Composição dos Gastos Públicos e Resultados Eleitorais**: um estudo nos municípios brasileiros. 2015. 134 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2015.

REIS, A. O.; FERREIRA, M. A. M.; FERREIRA, M. A. S. Análise dos fatores determinantes da transparência orçamentária pública em nível nacional. In: Congresso USP controladoria e contabilidade, 15, 2015, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: Fipecafi, 2015.

RENZIO, P.; GOMEZ, P.; SHEPPARD, J. Budget transparency and development in resource-dependent countries. **International Social Science Journal**, Malden, v. 57, n. 1, p. 57-69, jun. 2009.

ROCHA, A. C. *Accountability* na Administração Pública: a Atuação dos Tribunais de Contas. In: Encontro da ANPAD, 33, 2009, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: EnANPAD, 2009.

RYAN, C. M.; STANLEY, T. A.; NELSON, M. Accountability disclosure by Queensland local government councils: 1997-1999. **Financial Accountability and Management**, v. 18, n. 3, p. 261-289, 2002.

SANTANA JR., J. J. B. **Transparência fiscal eletrônica**: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2008.

SILVA, L. M. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, V. **Controladoria e governança na gestão pública**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, S. A.; PEIXE, B. C. S. Avaliação dos portais de transparência dos municípios paraenses com mais de 50.000 habitantes. In: Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, 1, 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CIDESP, 2017.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil – FINBRA. **Dados contábeis dos municípios**. 2016. Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf. Acesso em: 17 out. 2017.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Governança Pública**: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Votação em partido por município e zona**. 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 17 out. 2017.

VIANA, E. **A governança corporativa no setor público municipal**: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

WRIGHT, G. A.; PAULO, E. Análise dos fatores determinantes da transparência fiscal ativa nos municípios brasileiros. In: Congresso ANPCONT, 8, 2014, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPCONT, 2014.

ZIMMERMAN, J. L. The municipal accounting maze: an analysis of political incentives. **Journal of Accounting Research**, v. 15, p. 107-144, 1977.

Apêndice A: Ranking dos municípios

(continua)

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.	Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
1º	RO	Ji-Paraná	32	41º	PA	Parauapebas	26
2º	ES	Vila Velha	31	42º	GO	Rio Verde	26
3º	PR	Cascavel	30	43º	SP	São Carlos	26
4º	RR	Boa Vista	30	44º	RS	Viamão	26
5º	PE	Olinda	30	45º	SP	Praia Grande	26
6º	PB	Patos	29	46º	SP	Franca	26
7º	PA	Barcarena	29	47º	SP	Bauru	26
8º	ES	Cariacica	29	48º	GO	Anápolis	26
9º	PR	Araucária	28	49º	AC	Rio Branco	26
10º	MA	Timon	28	50º	RS	Caxias do Sul	26
11º	PR	Guarapuava	28	51º	RJ	Niterói	26
12º	CE	Maracanaú	28	52º	SP	Assis	25
13º	PA	Marabá	28	53º	PR	Piraquara	25
14º	SP	Limeira	28	54º	SP	Poá	25
15º	SP	Piracicaba	28	55º	MS	Três Lagoas	25
16º	ES	Serra	28	56º	SP	Votorantim	25
17º	SP	Leme	27	57º	PA	São Félix do Xingu	25
18º	PE	Santa Cruz do Capibaribe	27	58º	ES	Colatina	25
19º	RO	Ariquemes	27	59º	ES	Linhares	25
20º	PA	Paragominas	27	60º	PA	Castanhal	25
21º	RS	Uruguaiana	27	61º	PR	Foz do Iguaçu	25
22º	SC	Balneário Camboriú	27	62º	SP	Barueri	25
23º	BA	Ilhéus	27	63º	MG	Governador Valadares	25
24º	RS	São Leopoldo	27	64º	PA	Santarém	25
25º	MG	Sete Lagoas	27	65º	MG	Uberaba	25
26º	RJ	Macaé	27	66º	SP	Mogi das Cruzes	25
27º	RS	Novo Hamburgo	27	67º	RS	Bento Gonçalves	24
28º	RS	Canoas	27	68º	BA	Paulo Afonso	24
29º	BA	Vitória da Conquista	27	69º	RS	Santa Cruz do Sul	24
30º	ES	Vitória	27	70º	CE	Crato	24
31º	PR	Maringá	27	71º	PR	Toledo	24
32º	PR	Cambé	26	72º	BA	Alagoinhas	24
33º	PR	Arapongas	26	73º	RJ	Mesquita	24
34º	SP	Várzea Paulista	26	74º	SP	Santa Bárbara d'Oeste	24
35º	CE	Itapipoca	26	75º	SC	São José	24
36º	SP	Araras	26	76º	MA	Imperatriz	24
37º	PR	Apucarana	26	77º	TO	Palmas	24
38º	SP	Mogi Guaçu	26	78º	BA	Camaçari	24
39º	PR	Paranaguá	26	79º	SP	Guarujá	24
40º	SP	Bragança Paulista	26				

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
80º	SP	Itaquaquetuba	24
81º	SP	Jundiaí	24
82º	CE	Iguatu	23
83º	PR	Umuarama	23
84º	PA	Altamira	23
85º	PE	São Lourenço da Mata	23
86º	SP	Caraguatatuba	23
87º	SP	Sertãozinho	23
88º	PA	Marituba	23
89º	RJ	Resende	23
90º	PR	Pinhais	23
91º	MG	Varginha	23
92º	SC	Lages	23
93º	BA	Jequié	23
94º	RS	Passo Fundo	23
95º	PE	Cabo de Santo Agostinho	23
96º	ES	Cachoeiro de Itapemirim	23
97º	BA	Itabuna	23
98º	CE	Juazeiro do Norte	23
99º	SP	Suzano	23
100º	RN	Mossoró	23
101º	RS	Pelotas	23
102º	SC	Blumenau	23
103º	MG	Betim	23
104º	SP	Mauá	23
105º	GO	Novo Gama	22
106º	MA	Açailândia	22
107º	SP	Catanduva	22
108º	CE	Maranguape	22
109º	PR	Campo Largo	22
110º	MG	Barbacena	22
111º	SP	Pindamonhangaba	22
112º	RJ	Nova Friburgo	22
113º	RS	Alvorada	22
114º	SC	Chapecó	22
115º	PB	Campina Grande	22
116º	SP	Diadema	22
117º	SC	Florianópolis	22
118º	SE	Lagarto	21
119º	MS	Corumbá	21
120º	MG	Coronel Fabriciano	21

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
121º	MG	Ubá	21
122º	PE	Igarassu	21
123º	SP	Itatiba	21
124º	SP	Birigui	21
125º	BA	Porto Seguro	21
126º	SP	Franco da Rocha	21
127º	PE	Camaragibe	21
128º	SP	Itu	21
129º	MA	São José de Ribamar	21
130º	SP	Araçatuba	21
131º	SC	Criciúma	21
132º	MS	Dourados	21
133º	MT	Rondonópolis	21
134º	SP	Indaiatuba	21
135º	RN	Parnamirim	21
136º	MG	Ipatinga	21
137º	RS	Santa Maria	21
138º	PE	Petrolina	21
139º	AP	Macapá	21
140º	RJ	Campos dos Goytacazes	21
141º	SC	Tubarão	20
142º	MG	Muriaé	20
143º	MG	Itabira	20
144º	GO	Trindade	20
145º	SP	Barretos	20
146º	SC	Brusque	20
147º	MG	Conselheiro Lafaiete	20
148º	PB	Santa Rita	20
149º	SP	Atibaia	20
150º	SP	Botucatu	20
151º	GO	Valparaíso de Goiás	20
152º	RJ	Teresópolis	20
153º	SE	Nossa Senhora do Socorro	20
154º	RS	Rio Grande	20
155º	SP	Itapevi	20
156º	SP	Jacareí	20
157º	SP	Americana	20
158º	SP	Marília	20
159º	RS	Gravataí	20
160º	SP	Taubaté	20
161º	PE	Paulista	20
162º	RJ	São João de Meriti	20

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
163º	GO	Catalão	19
164º	RS	Erechim	19
165º	MG	Araxá	19
166º	BA	Eunápolis	19
167º	MG	Vespasiano	19
168º	SP	Ribeirão Pires	19
169º	SP	Cubatão	19
170º	MT	Sinop	19
171º	PI	Parnaíba	19
172º	BA	Teixeira de Freitas	19
173º	SC	Palhoça	19
174º	MA	Caxias	19
175º	SC	Jaraguá do Sul	19
176º	SP	Francisco Morato	19
177º	SP	Rio Claro	19
178º	CE	Sobral	19
179º	SC	Itajaí	19
180º	BA	Juazeiro	19
181º	SP	Cotia	19
182º	RJ	Volta Redonda	19
183º	SP	Embu das Artes	19
184º	MT	Várzea Grande	19
185º	SP	Taboão da Serra	19
186º	PA	Tailândia	18
187º	GO	Itumbiara	18
188º	MA	Bacabal	18
189º	PR	Almirante Tamandaré	18
190º	TO	Araguaína	18
191º	GO	Luziânia	18
192º	PE	Caruaru	18
193º	PA	Tucuruí	17
194º	MG	Passos	17
195º	SP	Salto	17
196º	SP	Guaratinguetá	17
197º	SP	Jandira	17
198º	RS	Bagé	17
199º	PE	Vitória de Santo Antão	17
200º	RS	Sapucaia do Sul	17
201º	SP	Jaú	17
202º	RJ	Maricá	17
203º	BA	Lauro de Freitas	17
204º	SP	Presidente Prudente	17

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
205º	AL	Arapiraca	17
206º	RJ	Magé	17
207º	RJ	Petrópolis	17
208º	SP	Santos	17
209º	MG	Araguari	16
210º	ES	São Mateus	16
211º	RJ	Nilópolis	16
212º	SP	São Caetano do Sul	16
213º	SP	Itapeverica da Serra	16
214º	GO	Águas Lindas de Goiás	16
215º	SP	Sumaré	16
216º	PR	São José dos Pinhais	16
217º	SP	São José do Rio Preto	16
218º	RJ	Japeri	15
219º	MG	Ituiutaba	15
220º	GO	Formosa	15
221º	SP	Tatuí	15
222º	ES	Guarapari	15
223º	RJ	Rio das Ostras	15
224º	PE	Garanhuns	15
225º	MG	Montes Claros	15
226º	RS	Cachoeirinha	14
227º	RJ	Queimados	14
228º	SP	Itapetininga	14
229º	MG	Santa Luzia	14
230º	RJ	Itaboraí	14
231º	MG	Divinópolis	14
232º	SP	São Vicente	14
233º	CE	Caucaia	14
234º	SP	Ourinhos	13
235º	BA	Simões Filho	13
236º	MG	Sabará	13
237º	MG	Pouso Alegre	13
238º	MG	Ibirité	13
239º	RJ	Barra Mansa	13
240º	RJ	Angra dos Reis	13
241º	SP	Hortolândia	13
242º	BA	Barreiras	12
243º	RJ	Belford Roxo	12
244º	MG	Lavras	11
245º	SP	Valinhos	11
246º	MG	Teófilo Otoni	11

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
247º	MG	Patos de Minas	11
248º	SP	Santana de Parnaíba	9
249º	BA	Santo Antônio de Jesus	8
250º	MG	Ribeirão das Neves	8
251º	SP	Carapicuíba	8
252º	SP	Paulínia	7

(conclui)

Nº	UF	NOME DO MUNICÍPIO	ITENS DIVULG.
253º	GO	Senador Canedo	7
254º	MG	Poços de Caldas	7
255º	MA	Codó	4
256º	SP	Araraquara	3
257º	PR	Ponta Grossa	2

Fonte: Elaboração própria.